

A Pesquisa sobre Política Social no Processo de Consolidação do Serviço Social como Área de Conhecimento

The Research about Social Policy in the Social Work Consolidation Process as a Knowledge Area

Angela Kaline da Silva Santos^{1*}, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida¹, Danielle Viana Lugo Pereira¹

RESUMO

O presente artigo origina-se da pesquisa teórica realizada no curso de mestrado acadêmico em Serviço Social, cujo objeto de estudo versa sobre a produção do conhecimento gerado pelo Serviço Social a partir da análise das Dissertações de Mestrado sobre Política Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 2010 a 2019. A interlocução entre o Serviço Social e a Política Social no Brasil adensou ao longo dos anos de 1980 e 1990, consolidando-se no século XXI. Em termos metodológicos, tipifica-se como pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências que perpassam o universo de 119 Dissertações de Mestrado com adoção de instrumentos e técnicas quanti-qualitativas de coleta e de análise dos dados. No processo de operacionalização da metodologia do estado da arte, optou-se pela adoção de dois indicadores bibliográficos: áreas do conhecimento e categorias temáticas.

Palavras-chave: Serviço Social; Política Social; Produção do Conhecimento; Estado da Arte

ABSTRACT

This article originates from theoretical research carried out in the academic master's degree in Social Work, whose object of study is about the production of knowledge generated by Social Work from the analysis of Master's Dissertations on Social Policy, defended in the PPGSS /UFPB in the period from 2010 to 2019. The dialogue between Social Work and Social Policy in Brazil increased throughout the 1980s and 1990s, consolidating itself in the 21st century. In methodological terms, it is typified as a bibliographic and documentary research using the state of the art for analytical mapping of trends that permeate the universe of 119 Master's Dissertations with the adoption of instruments and quantitative-qualitative techniques of data collection and analysis. In the process of operationalizing the state-of-the-art methodology, it was decided to adopt two bibliographic indicators: areas of knowledge and thematic categories.

Keywords: Social Work; Social Policy; Knowledge Production, State of the Art

¹ Universidade Federal da Paraíba

*E-mail: s.social.angela@gmail.com

INTRODUÇÃO

É inegável a relação intrínseca entre Serviço Social e Política Social, uma vez que a institucionalização do Serviço Social como profissão e área do conhecimento ocorre quando a questão social se torna objeto de gestão do Estado por meio das Políticas Sociais. A trajetória da gênese do Serviço Social indica que a intervenção profissional se localiza à margem dos debates acerca do enfrentamento às demandas sociais, apesar da presença significativa de assistentes sociais nos quadros estatais. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013)

Até meados dos anos de 1960, a atuação profissional dos assistentes sociais preocupava-se com a normalização das condutas dos indivíduos e sua integração na sociedade capitalista, ancoradas em práticas conservadoras de cunho psicologizante behaviorista e sociológica funcionalista, advindas do neopositivismo de influência do Serviço Social norte-americano. Nesse período, o debate em torno das políticas sociais na atuação profissional diante das expressões da questão social e sua relação com a conjuntura “[...] passava ao largo das preocupações profissionais” (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, pg. 63), visto que o debate profissional se centrava nos métodos de intervenção e de forma endógena no Serviço Social.

As demandas por ações de proteção social ampliam-se para estados e municípios nos anos de 1970 em face do processo de urbanização e do empobrecimento da população. Nesse contexto, surgem as primeiras secretarias estaduais e municipais encarregadas pelo atendimento das demandas sociais, e, portanto, os serviços protetivos se expandem e se consolidam em uma rede público-privada, principalmente no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente. Para o Serviço Social, essas novas instituições de proteção abrem espaço qualificado para os profissionais e em melhor condição hierárquica.

Os anos de 1970 inauguram o processo de federalização dos cursos de graduação em Serviço Social com a inserção nas universidades públicas e a criação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado em Serviço Social, abrindo-se campo para a pesquisa científica e a produção do conhecimento mediante a publicação de dissertações.

O período de efervescência política e luta pela garantia dos direitos sociais da sociedade brasileira, materializados na Carta Magna de 1988, possibilitou o reconhecimento pelo Estado dos direitos sociais e consolidou o tripé da Seguridade Social

brasileira: saúde, previdência social e assistência social, favorecendo o crescimento de pesquisas e produção de conhecimento sobre a relação entre o Serviço Social e as políticas sociais.

Na atual conjuntura brasileira, vive-se um processo generalizado de desmonte da proteção social atrelado à despolitização e à criminalização da defesa dos direitos humanos, sociais e da defesa da natureza que integram a ofensiva ultraconservadora neoliberal, instaurada no governo bolsonarista, sobretudo no tocante às políticas de saúde e educação.

Como exemplos, em 2019, a Capes cortou 11.800 bolsas e o CNPq suspendeu a concessão de novas bolsas. Na esteira dos ataques à Pós-graduação, em 2020, a Capes alterou os critérios de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado ao cortar as bolsas de estudo dos Programas de Pós-graduação avaliados com notas 3 e 4 remanejando-as aos Programas de maiores conceitos (5, 6 e 7).

Ao analisar o impacto dessa realidade na área do Serviço Social, verifica-se que 27 (75%) Programas de Pós-graduação se encontram com conceitos 3, 4 e 5, justamente os Programas que perderam total ou parcialmente as bolsas concedidas pela CAPES. Nesse cenário, Santana, Stampa e Carvalho (2020, pg. 76) apontam que, “[...] a diminuição da oferta de bolsas deverá ter por consequência o desinteresse dos jovens pela pesquisa e carreira docente, fragilizando o quadro geral da pós-graduação no Brasil”.

O presente artigo objetiva analisar a produção do conhecimento no Serviço Social sobre Políticas Sociais, materializadas nas Dissertações de Mestrado defendidas no PPGSS/UFPB, na última década (2010 a 2019).

A construção do conhecimento se solidifica em torno de uma realidade, de modo a conhecê-la e interpretá-la. “Significa dizer que para o processo de construção do conhecimento e para a apreensão dos fenômenos o sujeito parte da realidade concreta, do fenômeno em si e não do abstrato, ou seja, da ideia que se tem do fenômeno”. (SILVEIRA, 2017, pg. 22)

Em torno desse entendimento, parte-se da perspectiva de realidade mediatizada pela produção do conhecimento no Serviço Social através das Políticas Sociais. Entende-se a Política Social,

[...] como uma política própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de

valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. [...] Ou seja, ainda que, prioritariamente, respondendo às necessidades do capital, esta resposta deve produzir algum grau de satisfação às necessidades do trabalho. (MACHADO; KYOSEN, 2000, pg. 63)

No tocante aos procedimentos metodológicos de pesquisa, tipifica-se como uma pesquisa bibliográfica e documental mediante a utilização da metodologia do estado da arte. Segundo Romanowski e Vosgeral (2014), Romanowski e Ens (2006) e outros autores, esse tipo de metodologia possibilita verificar as tendências, recorrências e as lacunas presentes em diferentes áreas de conhecimento, nas diferentes épocas e contextos em que se inserem.

Na operacionalização do estado da arte, optou-se pelo uso de indicadores bibliográficos para catalogar, inventariar e mapear o processo de produção do conhecimento gerado pelas Dissertações de Mestrado na área de Política Social do PPGSS/ UFPB que, embora imbricados, dividem-se em dois indicadores: temáticos e áreas do conhecimento.

O desenvolvimento da pesquisa contemplou o universo de cento e dezenove (119) Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social, defendidas nos anos de 2010 a 2019.

A PESQUISA SOBRE POLÍTICA SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

Além do processo de criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1970, a pesquisa também ganha impulso com a fundação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), ligado a ABESS² no ano de 1987. Guerra (2011, pg. 134) assevera que o CEDEPSS se constituiu uma estratégia rumo à ruptura com a endogenia da produção

² Inicialmente, significava Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) criada em 1946; posteriormente, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Em 1996 passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com objetivo de acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito da formação do ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social. A partir de então, o CEDEPSS é extinto mediante a absorção da pesquisa pela ABEPSS.

científica do Serviço Social “[...] e da criação de vínculos com pesquisadores de áreas afins na construção da pesquisa interdisciplinar”, resultando em uma produção intelectual fecunda sobre a realidade nacional, crise de paradigmas e suas implicações no fazer prático e teórico do Serviço Social, e outros³.

Decerto, o processo de adensamento intelectual deriva do período de renovação do Serviço Social brasileiro ocorrido entre os anos de 1970 e 1980. Netto (2005, pg. 83) considera que,

Integrado no sistema universitário em todos os níveis (graduação e pós-graduação), nos anos oitenta o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceitualizadoras, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isso, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualidade acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investimento fortemente na investigação.

Com efeito, a conjuntura dos anos de 1980 e 1990 provoca a consolidação da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social, embalada nas lutas pela redemocratização brasileira, como o Movimento das Diretas Já, o processo de efervescência popular da Assembleia Constituinte⁴ e outros movimentos que propiciam a criação de um novo projeto profissional, consubstanciado na Reforma Curricular do Serviço Social brasileiro em 1982 e no Código de Ética em 1986, ambos reformulados em 1996 e 1993, reafirmando o legado marxista.

Na década de 1990, a profissão confere materialidade ao seu Projeto Ético-Político (PEP), aprovado pela ABESS⁵; a reelaboração do Código de Ética, em 1993, que reafirma a relação com o projeto das classes subalternas; e é aprovada a Lei 8.662 de 07/06/93 que Regulamenta a Profissão. Esses são os principais documentos que dão base

³ “Parte dessa produção é inscrita nos Cadernos Abess e nos Cadernos de Pesquisa do Cedepss, importantes registros da produção do Serviço Social à época” (GUERRA, 2011, pg. 134). Ressalta-se que posteriormente o Caderno Abess foi substituído pela Revista Temporalis.

⁴ Resultante na Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

⁵ Chamada à época de Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

jurídica à profissão, elaborados sob a influência da tradição marxista, apesar da conjuntura de expansão do neoliberalismo no país.

Merece registrar que em 1985, o Serviço Social é reconhecido pelo CNPq como área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, estratificando-se como Área do Conhecimento no Serviço Social (6.10.00.00-0) que, por sua vez, se divide em duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social (6.10.01.00-7): Fundamentos teórico-metodológicos, Formação Profissional, Prática Profissional, Ética Profissional, História do Serviço Social, Produção do Conhecimento, Questão Social, Trabalho; e Serviço Social Aplicado (6.10.02.00-3): Políticas Sociais, Proteção Social, Gestão Social, Gestão Pública, Avaliação.

Decerto, a inserção da produção do conhecimento em uma dessas subáreas é uma atividade complexa frente à dinamicidade societal, na qual é gerada esse conhecimento, diante das atuais transformações societárias tardo-burguesas derivadas da atual crise do capitalismo, das novas expressões da “questão social” e das novas estratégias de enfrentamento a tais expressões como a criação de novas Políticas ou Programas Sociais, além “[...] dos novos sistemas de comunicação, como a internet e as novas tecnologias que resultaram na reconfiguração da própria vida social”. (OLIVEIRA, RAMOS, BARROS; NÓBREGA, 2013, pg. 61)

O início do debate sobre política social e o fazer profissional no âmbito do Serviço Social ocorre com o lançamento da primeira revista Serviço Social & Sociedade, publicada pela editora Cortez em 1979, com o tema central a política social. Essa primeira edição traz ao debate profissional a questão dos direitos sociais, posições sobre temas como democracia, liberdade e direitos sociais.

Por conseguinte, é nos anos de 1970 que a política social passa a ser apreendida pelo Serviço Social em sua relação com a questão social, período que coincide com “[...] a criação dos primeiros programas de pós-graduação que favorece uma leitura mais crítica sobre a realidade, com a perspectiva marxiana [...] inscrita na produção teórica de segmentos da categoria profissional” (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p.64).

Após o retorno do país ao Estado de Direito em 1985, com o fim da ditadura militar, e as intensas mobilizações populares da sociedade civil por direitos sociais, o debate em torno na relação visceral do Serviço Social e Política Social se amplia e aprofunda-se ao longo da última década do século XX. Miotto e Nogueira (2013, pg. 62) elucidam que,

Estabeleceu-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais dos assistentes sociais do terreno da política social. (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, pg. 62)

No campo da produção do conhecimento, as publicações sobre a Política Social se expandiram, principalmente no que concerne às produções geradas nos atuais 35 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social. Registra-se que na área de Avaliação do Serviço Social na CAPES, conta-se 36 programas de pós-graduação. Contudo, para avaliar a incidência da Política Social na produção do conhecimento, considera-se tão somente os 35 programas, uma vez que um programa se encontra na área de formação da Economia Doméstica, vinculado à Universidade Federal de Viçosa.

Conforme dados coletados nos relatórios produzidos pela Capes, as áreas de formação dos programas de pós-graduação em Serviço Social se apresentam da seguinte forma: 66% (23) programas se identificam como área de formação Serviço Social, incidência esperada por ser a área de avaliação da CAPES e por se constituir a área de conhecimento e a profissão. Também assinala a incidência de 17% (06) em Política Social e com 9% (3) Políticas Públicas, e mais 9% (3) em Serviço Social e Política Social. (CAPES, 2017- 2019)

Sinaliza-se que as áreas de concentração ligadas às Políticas Sociais têm diversas nomenclaturas, como Direitos Sociais, Questão Social, Direitos Humanos, Avaliação de Programas Sociais, etc. É importante frisar que as áreas também estão relacionadas ao Serviço Social, posto que nessa área de conhecimento, essas temáticas fazem parte do cotidiano da atuação profissional, ligadas diretamente ao fazer profissional, e, por isso, se expressam com muita amplitude no campo da pesquisa e produção do conhecimento.

O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes

dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais. (CAPES, 2019, pg. 05)

As pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação são divulgadas para além das dissertações e teses, como por meio da publicação de livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos, anais de eventos etc. Assim, essa visibilidade atesta a centralidade do tema da Política Social na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. A pesquisa realizada por Galdino (2016) sobre o estado da arte do Serviço Social inventariado na revista *Serviço Social & Sociedade* (QUALIS A1), no período de 2010 a 2014, indicam que: dos 160 artigos publicados nessa temporalidade, 31% versam sobre Política Social, estando em uma posição mais incidente do que Fundamentos do Serviço Social, com 29%.

Ademais, Miotto e Nogueira (2013) elucidam que a partir de 1988 é possível notar a confluência entre o aparato legal que foram criados para dar concretude ao texto constitucional, como a Lei Orgânica da Saúde e a Lei Orgânica da Assistência Social, e o movimento em torno do Projeto Ético-político do Serviço Social.

Apesar de todo o avanço legislativo no campo das Políticas Sociais e da Seguridade Social brasileira, ocorre no contexto dos anos de 1990 a instauração do projeto de contrarreforma do Estado no Brasil, onde “[...] ao cumprir com o que foi anunciado na reforma gerencial, o Estado brasileiro vem deixando para o mercado tudo o que este pode promover, especialmente saúde, educação, previdência, habitação, meio ambiente etc.” (GUERRA, 2016, pg. 96).

Nesse processo de reforma gerencial de cariz privatista, dois movimentos caracterizam as Políticas Sociais: mercantilização e assistencialização⁴⁵. A lógica gerencialista seguindo o modelo das organizações sociais ganham espaço na execução das Políticas Sociais estatais, da contratação de consórcios para a execução da política de assistência social, e nas demais políticas, a exemplo da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Essas são tendências neoliberais que ganham evidência após a crise de 1970 no intuito de flexibilizar e aligeirar o acúmulo de capital, e o Estado, como afirma Mészáros (*apud* GUERRA, 2016, pg. 96) é “[...] parte integrante do próprio solo material do capital”, por isso o mesmo atua como agente que garante as condições externas e internas do sistema capitalista.

A centralidade da Política de Assistência Social é evidenciada por alguns autores (NETTO, 2012; MOTA, 2015; GUERRA, 2016) que ganha mais destaque com a PNAS/2004 e a criação do SUAS e outros instrumentos normativos da Política de Assistência Social, além da extensão da sua lógica para as outras políticas sociais que incidem em grande expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais; e na expansão dos cursos EAD que atendem a necessidade de fornecer mão de obra rápida, flexibilizada, aligeirada e barata para a Política de Assistência Social.

Nesse cenário que a produção do conhecimento em Serviço Social sobre Política Social se consolida. Essa produção embasa-se em uma análise crítica sobre o movimento real da sociedade brasileira. Como explicita Miotto e Nogueira, (2013, pg. 62) acerca do crescimento da produção sobre Política Social “[...] não significou unicamente o aumento da produção de conhecimento sobre o tema, mas uma crescente qualificação em termos de rigor teórico-metodológico e em sensível aprofundamento da discussão dos processos sociais contemporâneos”.

As Políticas Sociais em sua ampla setorialidade como saúde, educação, assistência social, previdência e outras subentendem respostas do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, “[...] foram assim setorialmente pensadas [...] tomadas em sua fenomenalidade, as expressões da “questão social” transmutam-se em diferentes problemas tratados isoladamente pelas especializações da divisão sociotécnica do trabalho, entre elas, o Serviço Social” (SANTOS, 2007, pg. 65).

Em torno dessas reflexões analíticas, este estudo investigativo objetiva analisar a produção do conhecimento no Serviço Social sobre Políticas Sociais através das Dissertações de Mestrado, defendidas no PPGSS/UFPB na última década (2010 a 2019).

ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PPGSS/UFPB SOBRE POLÍTICA SOCIAL: uma análise a partir dos indicadores áreas de conhecimento e temáticos

Em relação ao *locus* dessa pesquisa aponta-se como acervo (fontes de acesso irrestrito, localizadas no repositório digital da Biblioteca Central): as Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Esse Mestrado foi criado em 1978, sendo o 5º mais antigo do país e o 1º da Região Nordeste.

Esse Programa passou por reformas estruturantes, em termos de grade curricular, disciplinas com respectivas ementas, área de concentração, linhas de pesquisa, carga horária etc. Desde a criação em 1978 até o ano de 2014 - quando ocorreu a penúltima reforma curricular - as áreas de concentração do PPGSS permaneceram as mesmas: Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Em 2016, deu-se a última reestruturação do PPGSS, aprovada através da Resolução Nº 01/2016 do CONSEPE/UFPB, que estabeleceu a unificação das duas áreas de concentração, tornando-se Serviço Social e Política Social; e das 5 (cinco) linhas de pesquisa existentes, passaram a contar com duas: Serviço Social, Trabalho e Política Social; e Estado, Direitos Sociais e Proteção Social.

A relevância do PPGSS, em sua trajetória histórica ao longo dos mais de 40 anos de existência, é perceptível por sua contribuição para a consolidação da área do Serviço Social e Política Social no estado da Paraíba e na Região Nordeste, ao assumir o papel histórico pioneiro na formação docente, de pesquisadores e de profissionais direcionados à área técnica na gestão social.

O total de dissertações defendidas no PPGSS/UFPB na temporalidade dos anos de 2010 a 2019 são de 171. No universo de 171 dissertações defendidas, 119 (70%) são ligadas à área de Política Social, e, na área de Fundamentação Teórico-Prático do Serviço Social com 52 (30%) dissertações defendidas. Procedeu-se à identificação entre os anos 2010 a 2015 e entre 2016 a 2019 em decorrência da revisão curricular que aconteceu em 2016, conforme se aludiu anteriormente, que unificou as duas áreas de concentração: Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; Política Social, e foram criadas duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social; Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. Desse modo, a análise processa-se nas dissertações da área de concentração Política Social e da Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social, que serão a partir desse momento identificadas como vinculadas a área de Política Social.

No que diz respeito ao indicador Áreas do Conhecimento, ressalta-se que este exprime as áreas dos saberes que analisam o objeto de estudo. Mesmo que uma área de conhecimento seja hegemônica em relação ao estudo de um objeto, há outros saberes que serão necessários para aprofundamento da pesquisa.

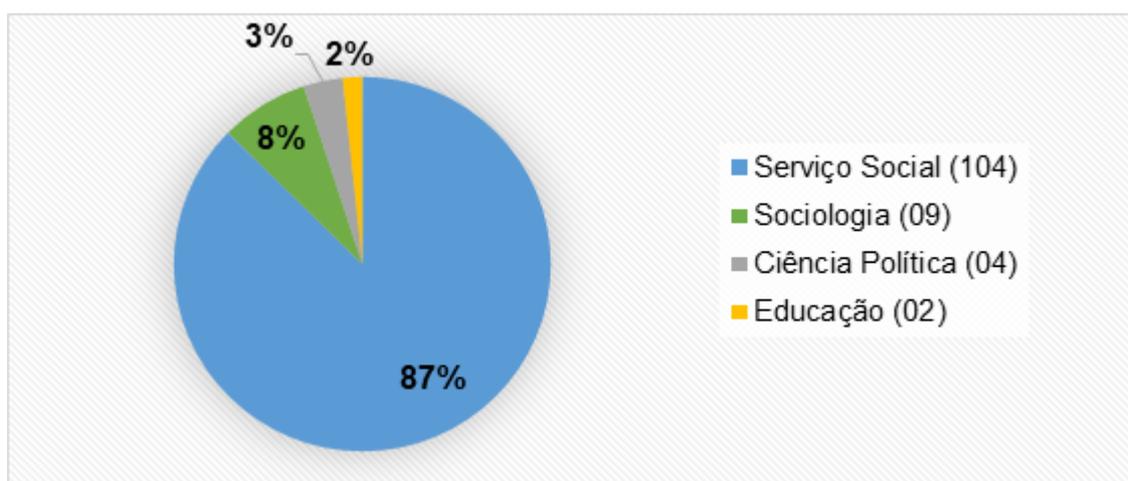
Em relação à pesquisa de um dado objeto social, salienta-se que este se insere numa formação socioeconômica capitalista em um determinado tempo histórico, com

mediações temporais e espaciais específicas. Dessa forma, “[...] vai demandar acúmulo de saberes que melhor investiguem esse objeto, na dinâmica da vida societal” (DUARTE, 2019, pg. 72).

Por essa pesquisa objetivar analisar a produção do conhecimento do Serviço Social sobre política social através da materialidade das dissertações de mestrado defendidas no PPGSS, optou-se identificar como indicadores áreas de conhecimentos a organização sistemática elaborada pela CAPES, por ser essa instituição a coordenadora da Pós-Graduação no Brasil.

O gráfico abaixo apresenta as áreas de conhecimento na produção do conhecimento sobre Política Social, gerada pelo PPGSS/UFPB. Com maior incidência está o Serviço Social com 87% (104); em seguida, a Sociologia com 08% (09), a Ciência Política 03% (04) e a Educação com 2% (02).

Gráfico 1 - Área de Conhecimento das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Além de o Serviço Social ter uma incidência de 87% (104), na variável formação dos autores das dissertações, está também apresenta uma incidência expressiva em cerca de 81% (97). Mesmo não sendo uma ciência e não dispondo de uma teoria própria, “[...], mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas” (NETTO, 2006, pg. 12).

Em relação à formação dos autores das dissertações, a tabela seguinte indica os seguintes dados:

Tabela 1 - Formação dos Autores das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.

Formação do Autor	Quant.	%
<i>Serviço Social</i>	97	81
Psicologia	04	03
Direito	03	03
Educação Física	02	02
Fisioterapia	02	02
Comunicação	02	02
Não identificado	05	04
Outros*	04	03
Total	119	100

Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

* Ciências Sociais, Odontologia, História, Educação Artística.

Observa-se que 81% (97) dos autores das dissertações entre 2010 a 2019 têm graduação em Serviço Social. Trata-se de um dado relevante por demonstrar o avanço da área de conhecimento do Serviço Social na pesquisa e produção do conhecimento.

Em seguida, arrola-se a Psicologia com 03% (04) e Direito com 03% (03), duas áreas de conhecimento que dialogam com o Serviço Social tanto no campo acadêmico, como profissional. A psicologia e o direito são duas ciências que têm linhas teóricas e metodológicas desde as conservadoras às pós-modernas, contudo, estas também contemplam linhas teóricas que adotam do materialismo histórico-dialético.

Na história do Serviço Social, algumas tendências advindas da Psicologia fizeram parte da formação e intervenção profissional, sobretudo em sua fase metodologista, de cunho conservador, entre os anos 1950 a 1970. A partir dos anos de 1980, essa tendência diminuiu, mas a relação do Serviço Social com Psicologia é de fato constante por intervir, mesmo que de formas diferentes, em expressões da questão social. A exemplo da atuação psicossocial na Política de Assistência Social.

Nos campos da política social, o trabalho profissional dessas duas profissões e também dos profissionais do direito integram equipes multiprofissionais, como em hospitais, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), Tribunais e outros espaços sócio-ocupacionais.

Na área do direito, é importante destacar que a atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais está baseada nos direitos garantidos em lei. Sem o ordenamento jurídico que dá concretude legal ao direito civil, tributário, penal, social, previdenciário,

trabalhista etc., tampouco haveria o reconhecimento do Estado como instituição reguladora e mediadora, como não se teria o reconhecimento político da questão social. Em resumo, para que o Serviço Social possa atuar na sua histórica filiação, nas refrações da questão social, é necessário que haja a jurisprudência legal, que haja o direito prescrito em lei.

Lembrando que, o direito não é só garantidor de “benefícios”, mas também numa relação de contradição serve para controlar os trabalhadores e a população em pauperização. É pela legislação que se define e tipifica o crime, e pelas instituições do Estado, que a aplicação da lei é realizada⁶.

Por essas duas áreas de conhecimento serem tão próximas, principalmente no aspecto do campo profissional, que se identifica a busca de profissionais dessas áreas pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Também porque o Serviço Social vem construindo uma vasta literatura no campo das políticas sociais e de viés crítico, muitas vezes não tão bem exploradas em outras áreas de conhecimento.

Constata-se que no campo da formação dos autores dos autores, há uma diversidade de áreas de conhecimento ligadas às três grandes áreas: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde.

Segundo Mota (2013, pg. 18),

[...] constata-se um significativo crescimento da demanda de profissionais de outras áreas pelas pós-graduações em Serviço Social, tanto em nível de mestrado, como, principalmente, em nível de doutorado, motivada pela busca do conhecimento crítico no campo das ciências humanas e sociais, sem que tal demanda seja caracterizada por uma relação de qualificação para o exercício profissional do Serviço Social, mas por uma interlocução com a área de conhecimento, pelo reconhecimento da qualificação dos seus docentes, além dos referenciais teórico-metodológicos e das linhas de pesquisa dos programas.

⁶ “Em tal lógica, se referenda pelo ‘jurídico’ a resolutividade do que são inerentes as problemáticas jurídicas, destacando que, na observação legal, a análise de situações sociais se reduz a ritos processuais. Obviamente, muito mais pobre para a devida intervenção, a qual, em diversos casos, pela falta de radicalidade analítica, empobrece seu escopo, limitando-se, no geral, à defesa da estrutura do capital e de suas leis de proteção à propriedade privada e ao permanente desenvolvimento da taxa de acumulação. Instalam-se, assim, os fundamentos do Estado burguês, em que as soluções dadas são de sua legitimação, em um esforço de ocultar as conexões determinadoras das realidades sociais, baseadas em um desenvolvimento societário pela via da exploração e das diversas formas de dominação e opressão”. (CFESS, 2014, pg. 13-14)

Além disso, percebe-se a crescente demanda por intelectuais da área do Serviço Social para participação de bancas examinadoras de monografias, dissertações e teses em áreas afins, assim como a crescente participação em eventos acadêmicos sobre as temáticas pertinentes às políticas sociais e outras temáticas que perpassam as relações societárias.

Diante disso, Mota (2013, pg. 18) levanta a tese que o Serviço Social ao se firmar como área de conhecimento “[...] adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social”, caracteriza pela dimensão interventiva. Essa redefinição da representação intelectual e social resulta do avanço da produção do conhecimento, ao mesmo tempo que também colabora com esse avanço, numa relação dialética.

Os indicadores temáticos referem-se às categorias temáticas e teóricas que medeiam os objetos de estudos. Nesse caso, são os objetos de estudo das dissertações na área da Política Social. Portanto, as categorias temáticas advêm dos campos de intervenção e das mediações históricas e teóricas que perpassam o Serviço Social no campo profissional e na pesquisa acadêmica.

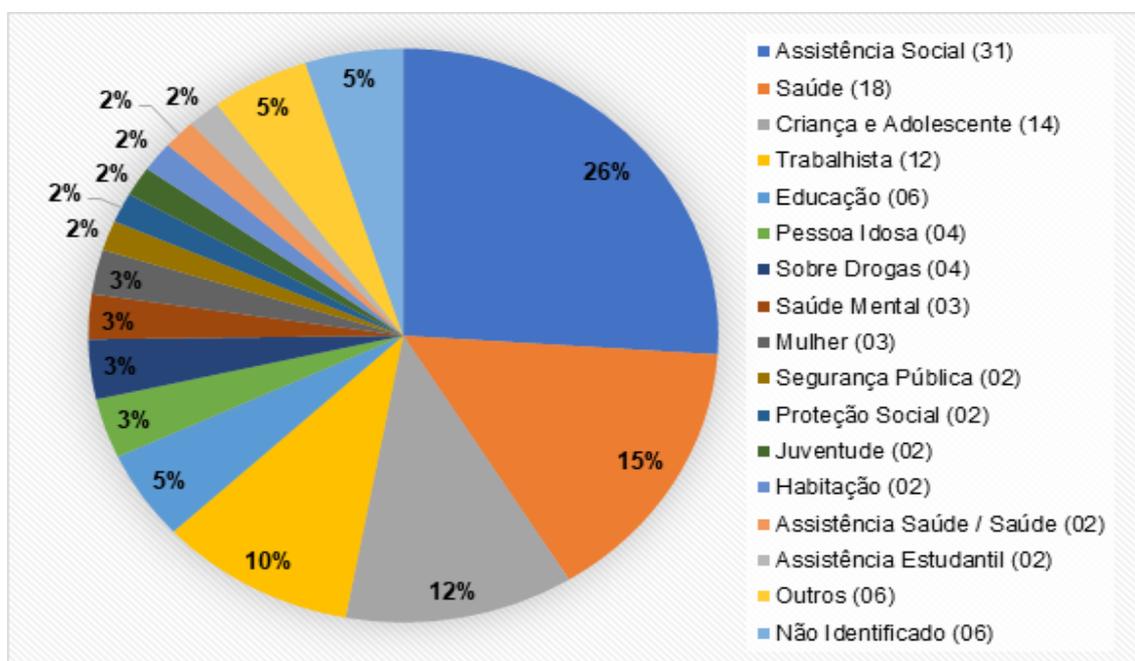
Por esta pesquisa desenvolver-se sobre as dissertações da área da Política Social, as obras investigadas circunscrevem as diversas políticas sociais realizadas pelo Estado nas suas três esferas, União, estados e municípios, e pela sociedade civil organizada; e outras temáticas que perpassam as relações sociais. É importante frisar, conforme Lara a Maranhão (2019, pg. 37-38),

É conveniente destacar e reconhecer no atual cenário das ciências sociais e humanas que a produção do serviço social, com elaborações teóricas consistentes, realizou fundamentadas críticas às concepções que se esforçavam em deslocar o debate da chamada “questão social” das contradições inerentes às relações sociais capitalista e da luta de classes. Nas últimas décadas, o desenvolvimento histórico da nossa categoria profissional permitiu a construção de exitosas formulações teóricas que analisaram a “questão social” e se propuseram a explicar fenômenos como o desemprego, a crescente precarização do trabalho, a regressão dos direitos sociais, o crescimento da miséria através de uma teoria social que não se resume à explicação apologética da “pobreza e das desigualdades sociais” existentes, mas, pelo contrário, busca um método de apreensão da suas determinações sociais concretas, para com isso historicizar as relações sociais, tratando-as no solo das vivas disputas de projetos societários.

Apesar do avanço na produção do conhecimento do Serviço Social com a assimilação da vertente crítica do materialismo histórico-dialético, no interior da profissão ainda existe “[...] muitas assimilações e estudos que não apreendem o debate das expressões da “questão social” como resultado da dinâmica de acumulação capitalista” (LARA; MARANHÃO, 2019, pg. 38)

A análise dos indicadores temáticos aponta as políticas sociais estudadas no PPGSS/UFPB nos anos da pesquisa, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Incidência das Políticas Sociais nas Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

A política social com mais incidência é a política de Assistência Social com 26% (31). Trata-se de uma das três políticas que compõem o tripé da seguridade brasileira (Assistência Social, Saúde, Previdência) e é uma das políticas que mais empregam profissionais do Serviço Social, seja na execução, seja na gestão. De fato, os profissionais do Serviço Social atingiram nessa política um status profissional, legitimado pela competência e reconhecimento entre os outros profissionais que nela também atuam. Essa constatação também reflete na vasta literatura especializada na área de Serviço Social sobre a Política de Assistência Social. No universo das 31 dissertações que estudaram a Assistência Social, 29 foram produzidas por pesquisadores com formação em Serviço Social.

A grande incidência dessa política também se explica pelo grande avanço da política de Assistência Social nos anos 2000, especialmente após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. Com efeito, um grande processo de descentralização administrativa ocorreu entre a União, Estados e Municípios com a implantação do SUAS e os demais tipos de proteção da Assistência Social nos territórios no campo dos serviços, gestão e das legislações locais.

A Política da Saúde vem em seguida com 15% (18) de incidência, configurando-se assim como a segunda política social mais pesquisada no PPGSS/UFPB. No universo das 18 dissertações, 16 foram realizadas por pesquisadores assistentes sociais; e as outras 2 dissertações foram de pesquisadores das áreas da Odontologia e Fisioterapia, ou seja, das áreas de conhecimento pertencentes a Grande Área das Ciências da Saúde.

Em seguida como a terceira política social mais estudada é a Política de Defesa e Proteção à Criança e Adolescente com 12% (14) das dissertações. Essa política tem um caráter intersetorial, e muitos dos seus serviços, programas etc., estão inseridos na Política de Assistência Social. No campo da pesquisa, no recorte estudado, 13 dissertações foram produzidas por Assistentes Sociais, e 01 dissertação produzida por profissional das Ciências Sociais.

Em seguida, verifica-se as pesquisas que investigam as políticas vinculadas ao trabalho, denominadas como trabalhistas, com 10% (12). Essas dissertações discutiram as relações no mundo do trabalho com foco em categorias temáticas como: informalidade, relações de gênero, precarização etc. É importante notar que na análise das dissertações sobre trabalho, observou-se que baseiam teoricamente na análise marxista e marxiana⁸⁸ da categoria trabalho e das análises atuais do trabalho no capitalismo maduro. Dentro das temáticas pesquisadas sobre Trabalho, destacam-se: Gênero, questão social, precarização, proteção social, cooperativismo.

A seguir, indica-se a Política de Educação com 05% (06); e outras políticas protetivas junto a idosos e a outros segmentos. Evidenciam-se Dissertações que pesquisaram apenas uma vez na temporalidade delimitada nesta pesquisa, como: Economia Solidária, Pessoa com deficiência, Pessoa em situação de rua, Política Social, Comunicação, Combate à Pobreza.

No tocante às políticas sociais sem incidência na produção gerada no PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019, identifica-se: a ausência sobre as políticas

direcionadas à população LGBTQIA+ e sobre políticas de igualdade racial, embora tenha identificado uma dissertação sobre a discriminação racial. A ausência de pesquisas ligadas a essas questões demonstra que, por se tratarem de temáticas emergentes, são ainda desconsideradas como objetos de interesse investigativo para a área.

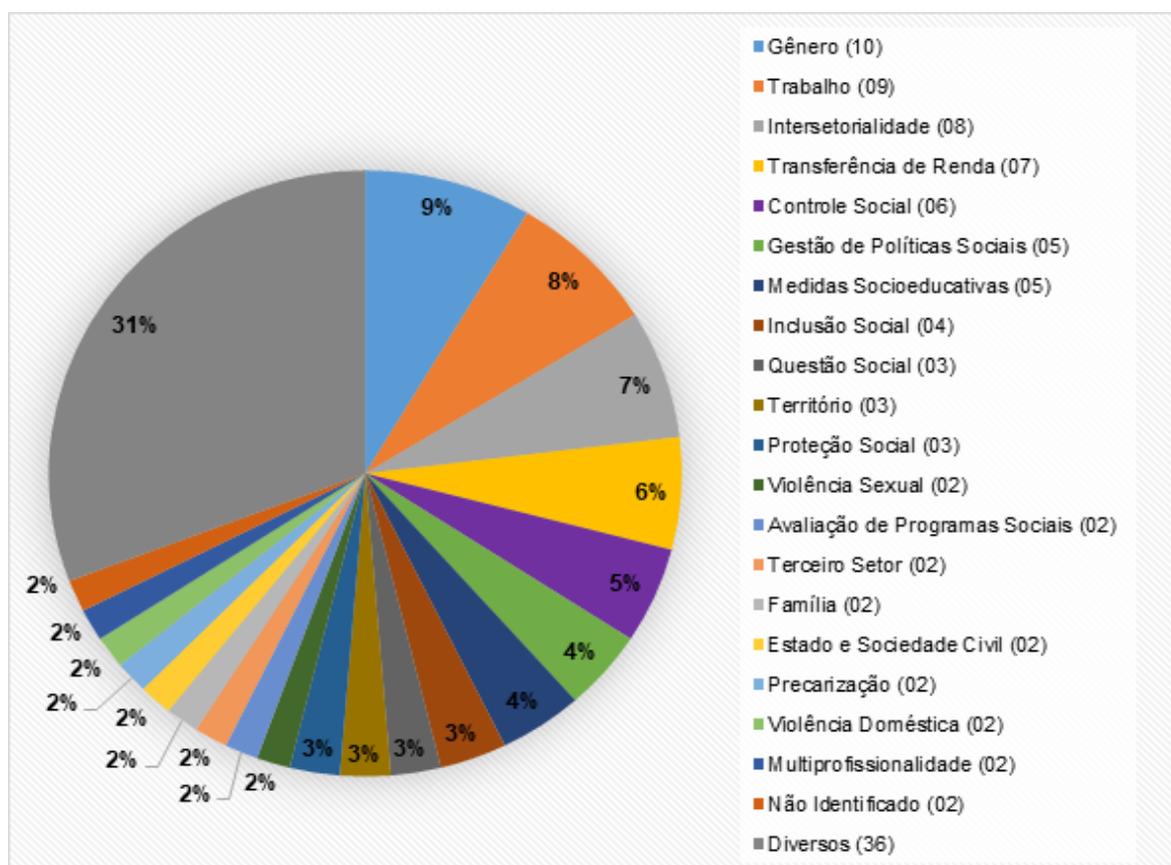
As tendências das políticas sociais pesquisadas também são influenciadas pela relação dos discentes com seus orientadores e grupos de estudos e pesquisas existentes nos Programas de Pós-graduação. No caso do PPGSS/UFPB, os grupos de pesquisas investigam objetos relacionados às políticas de assistência social, criança e adolescentes, trabalho, pobreza e desigualdade social, atuação profissional nas políticas sociais.

Os dados da pesquisa revelam que as categorias temáticas estudadas pelo PPGSS/UFPB são mais diversas e setorializadas. Compreende-se que essa diversidade de temáticas são facetas da totalidade do real que se manifestam no campo de atuação profissional do assistente social, e de outros profissionais, que demandam novas intervenções, “Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção” (SANTOS, 2017, pg. 14).

Na análise das três categorias temáticas mais estudadas, encontram-se: Gênero, Trabalho, Intersetorialidade. Segundo o gráfico, a seguir, a categoria Gênero⁷ foi a mais incidente com 09% (10), com foco especialmente na condição das mulheres. As dissertações que têm como categoria temática gênero apresentam estudos focados em: divisão sexual do trabalho, sexualidade, saúde da mulher, políticas de proteção à mulher.

⁷ Uma característica que marcar o Serviço Social é grande massa de mulheres em seu contingente profissional e nas pessoas atendidas por esse profissional nas políticas, característica que marca os estudos sobre gênero para a profissão (DIAS, 2014).

Gráfico 3 - Categorias Temáticas das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

A crescente produção acerca da temática gênero também se relaciona ao desenvolvimento de políticas sociais para as mulheres no Brasil desde o processo da redemocratização até os dias atuais; e também pelo crescente interesse dos pesquisadores em compreender as dinâmicas das relações que envolvem a desigualdade de gênero, ancorada na divisão sexual do trabalho e do patriarcado. O estudo da categoria gênero em Serviço Social está ligada às formulações teóricas de autoras feministas e pela influência do movimento político das mulheres, especialmente as tendências do feminismo marxista. Observa-se nessas dissertações o uso de referências bibliográficas da autora Heleieth Saffioti, teórica feminista marxista brasileira.

A categoria Trabalho apresenta 08% (09) de incidência. É importante destacar que essa categoria no âmbito da profissão nos seus aspectos teórico-metodológicos e ideopolíticos se amparam na tradição marxista, “[...] desse modo, compreendendo-o como fundante para o ser social e central para o deciframento da sociedade capitalista e para a

luta de classes” (CANTALICE, 2013, pg. 157). As dissertações que investigam o trabalho adotam a mesma tendência dos dados relacionados à incidência da variável Política Social, no caso, segue a tendência dos estudos sobre políticas relacionadas ao trabalho.

A intersectorialidade com 07% (08) indicações constituiu a terceira mais estudada, o que demonstra crescimento considerável dessa temática. Na contemporaneidade, a intersectorialidade é um dos princípios ordenadores das políticas sociais, principalmente na Política de Assistência Social e nas políticas de proteção à criança e adolescente, à mulher, ao idoso, à pessoa com deficiência. Dentre as políticas incidentes nos estudos da categoria Intersectorialidade, arrolam-se: Assistência Social, Criança e Adolescente, políticas para Mulheres, Saúde / Assistência Social, Sobre Drogas.

Pereira e Teixeira (2013, pg. 115) asseveram que a intersectorialidade, a intervenção em redes, “[...] tornou-se consensualidade nos vários discursos, seja nas empresas, Estado/políticas públicas, movimentos sociais, dentre outros”, como mecanismo de reduzir custos, flexibilizar processos de produção e circulação, ampliar os lucros de empresas, e aumentar a eficiência e efetividade das políticas sociais. É nítido que a lógica da flexibilização desde 1970 vem sendo aplicada em vários setores da vida, e no campo da pós-modernidade, há uma defesa da flexibilização de teorias, métodos da razão moderna na área da produção do conhecimento e nas atividades profissionais e etc.

Dessa forma, essas autoras defendem a tese de que a intersectorialidade no contexto da sociedade capitalista e Estado de Direito, se configura por seus defensores como “[...] uma nova modalidade de proteção social que emerge e se desenvolve com o avanço das reformas neoliberais, o pluralismo de bem-estar social em substituição ao Estado de Bem-Estar Social” (Id., Ib., pg. 115), onde o Estado não é mais o gestor das políticas sociais, mas um regulador/coordenador de uma rede de serviços ofertados pela sociedade. Para Pereira e Teixeira (2013, pg. 115), “Trata-se de um ataque ao Estado Social intervencionista com políticas universalistas, redistributivistas e garantidora de direitos de cidadania.”

A Transferência de Renda apresentou 06% (07) dos estudos ligados à Política de Assistência Social, principalmente acerca dos impactos do Programa Bolsa Família para a população usuária. Seguidamente, a categoria Controle Social com 05% (06), com estudos sobre a atuação dos conselhos e conferências da Política de Assistência Social, Saúde e Criança e Adolescente.

Seguem outras indicações temáticas com percentuais a partir de 4% a 2%, respectivamente Gestão de Políticas Sociais, Medidas Socioeducativas, Inclusão Social, Questão Social, Território, Proteção Social, Violência Sexual, Avaliação de Programas Sociais, Terceiro Setor, Família, Estado e Sociedade Civil, Precarização, Violência Doméstica, Multiprofissionalidade.

Ressalta-se a baixa incidência dos estudos da categoria Questão Social como temática principal das pesquisas, visto que “[...] essa categoria teórica é um dos principais eixos teóricos na formação do Serviço Social” (SANTOS, *et al.*, 2021, pg. 517), mas, não é exclusiva dessa área.

O entendimento sobre “Questão Social” e as políticas de enfrentamento de suas expressões são definidos através das matrizes teóricas e metodológicas adotadas pelos pesquisadores. No Serviço Social, “[...] a análise do que é a questão social se materializa na lei da acumulação capitalista, já que o termo questão social não é próprio dessa tradição teórica” (Ib., Id., pg. 518), ancorada na análise marxista e marxiana.

Nas Ciências Sociais, a análise mais referenciada é a de Robert Castel que “[...] se fundamenta no pensamento positivista quando afirma que a questão social é uma “dificuldade central” (Id., Ib., pg. 526) que prejudica a coesão social. Essa tese defende que a partir de 1970, estaria se vivenciando uma “Nova Questão Social”.

As demais temáticas que incidiram apenas uma vez estão no grupo “Diversos”, são elas: discriminação racial, seguridade social, saúde mental, espaço público, dependência química, financeirização, terceirização, acolhimento institucional, educação, oligarquia, beleza, reinserção social, regionalização, vigilância socioassistencial, judicialização, hegemonia, saúde ambiental, sistemas de informação, saúde do idoso, estado, pobreza, Política, assédio moral, LGBTfobia, direito, agroecologia, educação permanente, estado de exceção, planejamento familiar, promoção à saúde, benefícios eventuais, neodesenvolvimentismo, educação, prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e a produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social apresentam uma relação intrínseca entre ambas, uma vez que a institucionalização do Serviço Social como profissão se dá quando a “questão social” passa a ser objeto de intervenção do Estado por meio das Políticas Sociais, configurando assim o espaço sócio-

ocupacional para os profissionais do Serviço Social. No campo da produção do conhecimento, as publicações sobre a Política Social ampliaram, sobretudo a partir do desenvolvimento de pesquisas e da criação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social.

No que se refere às áreas do conhecimento: 66% (23) Programas se identificam como área de Serviço Social, incidência esperada por ser a área de avaliação da CAPES e por ser a área de conhecimento e profissão da maioria dos autores das teses e dissertações; com 17% (06) trata-se como Programas de Pós-graduação em Política Social; com 9% (3) Políticas Públicas; com 8% (3) Serviço Social e Política Social.

Apesar do avanço legislativo e político do campo das Políticas Sociais e da Seguridade Social brasileira, contraditoriamente, no contexto dos anos 1990, o projeto de contrarreforma neoliberal do Estado foi implementado no Brasil. Nesse processo de reforma gerencial privatista com a redução do papel e da função de Estado regulador, dois movimentos passam a caracterizar as Políticas Sociais: mercantilização e assistencialização. É nesse cenário que a produção do conhecimento sobre Política Social na área do Serviço Social se insere na perspectiva da análise crítica a partir do movimento histórico real da sociedade.

Conclui-se que os dados discutidos indicaram a densidade intelectual do Serviço Social na produção do conhecimento, gerada nos Programas de Pós-graduação, na particularidade das produções sobre as políticas sociais do PPGSS/UFPB. O Serviço Social brasileiro, atualmente, possui um acervo vasto e reconhecido pelas outras áreas de conhecimento sobre as políticas sociais. Especificamente, constatou-se a relevância investigativa nas produções do PPGSS/UFPB em termos quantitativos e qualitativos para o campo teórico e para o processo de planejamento e de avaliação de políticas públicas no estado paraibano e na Região Nordeste e, em termos comparativos, com a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2013.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2014. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiarios_sociojuridico2014.pdf. Acessado em: 21/03/2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área do Serviço Social** – CAPES. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Diretoria de Avaliação, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área do Serviço Social** – CAPES. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Diretoria de Avaliação, 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Capes, 2021.

DIAS, Daiana Nardico Dias. **O Estado da Arte Sobre Gênero no Serviço Social**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: PPGSS /CSE/ UFSC/ CSE/ PPGSS, 2014.

DUARTE, Hadassa Nyedja Elias. **A Materialidade do Serviço Social frente à Investida Pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento**. (Dissertação). João Pessoa: UFPB/DSS/CCHLA/PPGSS, 2019.

GALDINO, Shellen Batista. **A Produção de Conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade** (Dissertação). UFPB/ CCHLA/DSS/PPGSS. João Pessoa: 2016.

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, pg. 125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/2141-Texto%20do%20artigo-3411-1-10-20120209.pdf>. Acessado em: 30/11/2020

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana (Org.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

LARA, Ricardo, MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. SOUSA, Edvânia A. de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019, pg. 37-60.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp. , pg. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15/08/ 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. pg. 17 –27.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 111, jul/set, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20/07/2021.

NETTO, José Paulo. A reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. ALAYÓN, N. (Org.). **Trabajo Social Latino-americano: a 40 años de la reconceptualización**. Buenos Aires: Espacio, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. MOTA, Ana Elizabete; et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Denize Cristina; RAMOS, Flávia Regina de Souza; BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite; NÓBREGA, Maria Miriam Lima. Classificação das áreas de conhecimento do CNPq e o campo da Enfermagem: possibilidades e limites. **Rev Bras Enferm.** 2013;66 (esp):60-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v66nspe/v66nspea08.pdf> (Acesso em 30/11/2020)

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria de Lima. Redes e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos** - Porto Alegre, v. 12, n. 1, pg. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>. Acessado em: 09/03/2022.

SANTOS, Angela Kaline da Silva. **Processo de Produção do Conhecimento no Serviço Social à Luz do Legado da Modernidade à Emergência da Pós-Modernidade: o estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB**. (Relatório de pesquisa). João Pessoa: UFPB/ PIBIC/ CCHLA/ DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2017.

SANTOS, Ângela Kaline da Silva et al. A categoria “Questão Social”: perspectivas teóricas nas Ciências Sociais e no Serviço Social brasileiro. **Conjecturas**, 21(6), 516–528. <https://doi.org/10.53660/CONJ-378-815>. Acessado em 12/03/2022.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da nossa época; v. 132).

SILVEIRA, Silvia Regina. **A Produção do Conhecimento do Serviço Social Sobre a Inserção Profissional na Política Pública de Educação no Brasil: desafios e perspectivas no âmbito do projeto profissional**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: PUCRS/PPGSS, 2017.

ROMANOWISKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional** - Curitiba, v. 6, n. 19, pg. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98> (Acesso em 11/08/2017).

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWISKI, Joana Paulin. Estudos de Revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba v.14, n.41, 2014. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12623&dd99=view&dd98=pb>. (Acesso em 11/08/2017)

Recebido em: 15/07/2022

Aprovado em: 23/08/2022

Publicado em: 25/08/2022